



00024



9 772447 728106



JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

**\* EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior  
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

**\* EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza  
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)  
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Estamos filiados a:



**SUMÁRIO**

**Página 01:**

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO  
- SUMÁRIO

**Página 02:**

- CONSELHO MUNICIPAL  
EDUCAÇÃO DE NATIVIDADE  
ORIENTA MANTER SUSPENSÃO DE  
AULAS – SINPRONNF APÓIA

**Página 03:**

- CORONAVÍRUS: AS ESTRATÉGIAS  
E DESAFIOS DOS PAÍSES QUE  
ESTÃO REABRINDO SUAS ESCOLAS

**Página 05:**

- ENSINO A DISTÂNCIA NA  
QUARENTENA ESBARRA NA  
REALIDADE DE ALUNOS E  
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA

**Página 07:**

- PROFESSORES RELATAM DE  
AULAS ONLINE COM 300 ALUNOS A  
DEMISSÕES POR POP-UP

**Página 09:**

- CHARLIE HEBDO SOBRE VOLTA  
ÀS AULAS: “ELES VÃO TERMINAR  
O ANO?”

**Página 10:**

- DECLARAÇÃO DO MINISTRO DA  
EDUCAÇÃO SOBRE GAYS E PAPEL  
DO MEC CONTRARIAM A LEI,  
DIZEM ESPECIALISTAS

**Página 11:**

- TV ALEMÃ RIDICULARIZA  
REAÇÃO DE BOLSONARO NA  
PANDEMIA

**Página 12:**

- RELATÓRIO APONTA SÉRIO  
RISCO À LIBERDADE ACADÊMICA  
NO BRASIL

**Página 15:**

- EDUCAÇÃO QUE AVANÇA –  
NATIVIDADE SALTA 25 PONTOS NO  
IDEB, FEITO INÉDITO NO PAÍS.

**Página 16:**

- NEGOCIAÇÃO COM O SINPRONNF  
GARANTE PAGAMENTO EM DIA  
DOS PROFESSORES DA UNIG.

- MAFALDA - PARA ONDE VÃO OS  
NOSSOS SILÊNCIOS QUANDO  
DEIXAMOS DE DIZER O QUE  
SENTIMOS?

### CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE NATIVIDADE ORIENTA MANTER SUSPENSÃO DE AULAS – SINPRONNF APÓIA

Em duas deliberações (nº 01/2020 e 03/2020) divulgadas na segunda-feira (14) e nessa terça-feira (15), o Conselho Municipal de Educação de Natividade recomenda à prefeitura que mantenha suspensas as atividades presenciais na rede pública de educação e para todas as instituições da rede privada – incluindo creches e pré-escolas.

O Sinpro Norte e Noroeste Fluminense apoia as notas do CME de Natividade, município que faz parte de nossa área de atuação. O SinproNNF, em julho, já havia se colocado contra o retorno às aulas enquanto a pandemia não esteja devidamente controlada em nossa região.

Esta foi a declaração do SINPRONNF:

#### **NOTA DO SINPRO NNF SOBRE O PROTOCOLO PARA RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS**

O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (SINPRO NNF) vem tornar público sua proposição de protocolo para retorno às aulas presenciais, afirmando que, se este é o momento de pensar em como voltar, pelas informações de autoridades sanitárias, entendemos que ainda não se pode vislumbrar data para voltar.

Sendo uma instituição voltada para a defesa da educação e dos profissionais que nela atuam, entendemos que estamos vivendo um momento sem precedentes na nossa história recente e que o cenário requer ainda mais atenção com nossas professoras e nossos professores quanto aos desafios que estão postos para a categoria.

A UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) fez constar em sua publicação “Educação em tempos de pandemia” o seguinte trecho com o qual comungamos: “profissionais da educação devem ser respeitados e valorizados, uma vez que são sujeitos fundamentais no processo educacional e neste momento, também estão submetidos, junto com suas famílias às circunstâncias provocadas pela pandemia.”

O SINPRO defende que a volta às aulas presenciais só poderá acontecer quando sinalizado, consensualmente, pelas autoridades sanitárias nacionais e internacionais e respeitando procedimentos que deverão ser adotados, como:

- Comprovação técnica da diminuição significativa do risco de contágio;
- Transparência das ações das instituições para garantir o retorno com busca da maior segurança possível;
- Viabilização, pelas instituições de educação e de saúde, de teste para todos os profissionais de educação que voltarão a atuar no ambiente escolar.

#### **DIRETORIA COLEGIADA – SINPRO NNF**

O CME, nas notas, orienta que “deverão ser mantidas aulas remotas até o encerramento do ano civil e calendário alternativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio de materiais físicos (livros e apostilas) e, da Plataforma (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e, ferramentas da EAD”.

Orienta, também, que “os diretores e professores promovam diálogo com os pais quanto à inviabilidade de retorno às aulas presenciais, e, sobre a avaliação do desempenho dos alunos no ano de 2020”.

As notas do CME Natividade podem ser lidas no facebook do órgão.

Professora e professor de instituição privada de ensino, filie-se ao SINproNNF. Agora, você pode se associar de modo on-line – clique aqui.

Na foto, trecho importante da Deliberação 01/2020 do CME Natividade:

15:11



← Conselho Municipal de Educação...



Resolve:

Art. 1º- Expressar a autonomia e independência do Conselho Municipal de Educação em relação à Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), quanto à normatização para o Sistema Municipal de Ensino de Natividade/RJ.

Art. 2º- Deliberar para todas as instituições de ensino do Sistema Municipal de Ensino de Natividade e, para todas as instituições de Educação Infantil da rede privada.

Art. 3º- Recomenda pelo não retorno de aulas presenciais no ano de 2020 para todos os níveis de ensino da Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas) e, Ensino Fundamental

Art. 4º- Recomenda que deverão ser mantidas Aulas Remotas até o encerramento do ano civil e calendário alternativo expedido pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio de materiais físicos (livros e apostilas) e, da Plataforma (Ambiente Virtual de Aprendizagem) e, ferramentas da EAD.

§ 1º- Deverá ser elaborado mapeamento estatístico dos alunos sem posse de máquinas ou celulares e, sem acesso à Internet.

§ 2º- Deverão ser mantidos obrigatoriamente, a entrega de materiais físicos (livros e/ou apostilas) para os alunos que não têm acesso às máquinas ou celulares e, Internet.

Fonte: SINPRONNF / Publicado em 15 de setembro de 2020  
<https://www.sinpronnf.com.br/conselho-municipal-de-educacao-de-natividade-orienta-manter-suspensao-de-aulas-sinpronnf-apoia/?v=908f9fa6d01c>

### **CORONAVÍRUS: AS ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DOS PAÍSES QUE ESTÃO REABRINDO SUAS ESCOLAS**

Em Cingapura, alunos limpam as próprias carteiras escolares e fazem um caminho pré-determinado até suas salas de aula. Na França e na Coreia do Sul, algumas escolas reabertas tiveram de fechar, por conta de novos focos de covid-19. No Reino Unido, um dos países que reabriu as escolas recentemente, menos da metade dos alunos esperados apareceram na volta às aulas em algumas delas.

A expectativa de retorno à escola traz sensações mistas de alívio e preocupação a muitos pais — prenunciando uma possível volta à rotina, mas também o medo de expor as crianças (e suas famílias) ao contágio pelo coronavírus.

Em São Paulo, o governo Doria anunciou nesta quarta-feira (24) a volta das aulas presenciais no Estado a partir de setembro, para as áreas e municípios que estejam na fase amarela (intermediária), inicialmente com 30% dos alunos. Em uma segunda fase, sobe-se para 70% dos alunos e depois 100%. Até lá, as aulas continuarão no sistema híbrido, combinando parte do ensino presencialmente e outra parte online.

As medidas são válidas da educação infantil a universidades, para redes municipais e estadual, e valem como recomendação para a rede privada de ensino, abarcando, segundo o secretário-executivo de Educação, Haroldo Rocha, um contingente de mais de 13 milhões de estudantes. Redes municipais poderão adotar regras mais rígidas (caso estejam em situação de alto contágio), mas não mais flexíveis.

Ao mesmo tempo, o Conselho de Secretários Estaduais da Educação (Consed) afirmou que "está trabalhando com suas equipes nas estratégias sanitárias, financeiras e pedagógicas que serão colocadas em prática a partir do momento em que as datas forem definidas".

O Consed elaborou diretrizes para ajudar redes e escolas no retorno. Entre as orientações, estão a de se suspender atividades presenciais em grupos, limitar a quantidade de alunos à metragem da sala, revezar horários de entrada, saída e recreação, sinalização de rotas dentro da escola para minimizar as chances de contato entre alunos e criar rotina de triagem e higienização na entrada das escolas.

Na parte pedagógica, o documento orienta as escolas a ampliar sua jornada diária e a repor aulas aos sábados e à noite, para compensar as perdas da quarentena; a dar apoio psicossocial a alunos e professores e a fazer uma busca ativa de alunos que possam ter decidido abandonar os estudos durante o período de isolamento.

Na prática, muitas dúvidas práticas permanecem nas cabeças de pais e educadores. Como melhor escalonar a volta das crianças e jovens à escola — e quais devem ter prioridade? Como garantir medidas de distanciamento social com as crianças pequenas? Quais devem ser as prioridades da escola na pós-pandemia? E, principalmente, como ter certeza de que o ambiente escolar não vai virar um foco de proliferação da covid-19?

O Consed e o governo paulista afirmaram que se basearam nas opiniões de seus técnicos e nas experiências internacionais de volta às aulas.

A BBC News Brasil coletou algumas dessas experiências a seguir:

**As crianças pequenas**

Alguns dos países que reabriram suas escolas priorizaram as crianças menores, por sua menor taxa de adoecimento e para liberar seus pais para voltar ao trabalho. É, também, uma das etapas mais difíceis de se fazer um ensino remoto de qualidade.

No entanto, é também uma faixa etária que tem mais dificuldades em fazer atividades sentadas em carteiras, com coleguinhas distantes entre si.

No Reino Unido, que reabriu parte de suas escolas em 1º de junho, crianças da pré-escola e anos iniciais não puderam mais fazer as aulas sentadas lado a lado no carpete, como de costume, mas sim enfileiradas em carteiras — um modelo de sala de aula mais antiquado e menos interativo.

Cada turma foi dividida em dois grupos: um deles frequenta as aulas de segunda e terça; o outro, de quinta e sexta-feira. Na quarta-feira, a sala de aula é limpa minuciosamente. Todas as classes foram equipadas com álcool gel e lenços umedecidos.

Mesmo assim, na escola que foi acompanhada pela BBC em seu primeiro dia de retomada, apenas 32 crianças apareceram, de um total de 85 que eram esperadas, mostrando que muitos pais ainda têm receio de colocar os filhos de volta no ambiente escolar.

Uma mãe que levava seu filho, porém, afirmou que o menino estava "implorando para voltar à escola". "O principal para mim é a normalidade e a saúde mental dele. Ele precisa da interação com seus amigos."

Na Dinamarca, onde as escolas estão reabertas desde 15 de abril, as crianças têm de lavar as mãos de cinco a seis vezes por dia. Classes de 20 foram divididas em dois, e as crianças são o dia inteiro lembradas por educadores a ficarem distantes entre si. No recreio, podem brincar em grupos de no máximo quatro, e cada grupo fica em um canto do pátio.

Uma menina de 7 anos entrevistada pela BBC admitiu que o mais difícil de tudo era não poder mais abraçar os amigos.

Em maio, em entrevista ao jornal Guardian, um representante do sindicato de professores dinamarqueses afirmou que a retomada às aulas ocorreu suavemente, mas, mesmo assim, confirmou que alguns educadores contraíram o novo coronavírus depois de voltar ao trabalho presencial.

Em Cingapura, uma estratégia das escolas para incentivar o uso de máscaras pelas crianças pequenas foi comprar um estoque extra e pedir que cada criança decore a sua, "para virar um novo acessório personalizado para este novo normal", nas palavras de um representante do governo ao jornal Strait Times.

As escolas do pequeno país passaram a medir a temperatura dos alunos diariamente, e agora cada um traz suas refeições de casa. As crianças só interagem em pequenos grupos no recreio e só podem andar nos corredores das escolas em fila única. Cada grupo tem uma rota pré-determinada à sala de aula e só pode usar um banheiro específico, para diminuir as chances de contágio.

Em Portugal, que tem escalonado sua volta às aulas desde 18 de maio, as crianças da pré-escola fizeram parte da última leva de estudantes que retornaram à escola. Em um vídeo produzido pela Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, pede-se que as crianças "não toquem na boca, no nariz e nos olhos, mesmo que estejam com as mãos limpas", e conversem com os professores "se estiverem tristes ou se sentindo mal".

**Saúde mental e perigo de evasão escolar**

Muitos educadores também se questionam como estarão, do ponto de vista emocional, as crianças que estão voltando às aulas presenciais. "Para algumas crianças, a quarentena foi um período seguro e agradável. Para outras, foi traumática e desafiadora", diz a Fundação Britânica de Saúde Mental em documento de orientação à volta à escola, lembrando que muitas famílias podem ter perdido entes queridos ou sua fonte de renda, ou enfrentado problemas mentais (como depressão) durante o período de confinamento.

Isso pode se refletir em crianças mais retraídas, ansiosas ou irritadas em sala de aula, aponta a fundação. Outras podem ter dificuldades iniciais em se concentrar e se readaptar à rotina escolar.

Entre as recomendações do órgão estão dar espaço às crianças para que falem de seus sentimentos — entre si, em sala de aula e em conversas individuais com educadores. E também de dar tempo para que os vínculos entre as crianças e as escolas sejam refeitos.

Ao mesmo tempo, o bem-estar físico e mental das crianças tem sido usado também como argumento por gestores para defender a volta às aulas.

Na França, o ministro da Educação, Jean-Michel Blanquer, disse que se tratava de uma "emergência social" colocar os jovens de volta nas escolas, pelo medo de que uma parcela dos alunos não conseguisse concluir os estudos ou evadisse, criando "uma geração perdida de crianças que foram impedidas por meses de frequentar a escola".

No relatório Estratégias para a Reabertura de Escolas, feito por Unicef, Unesco, Banco Mundial e o Programa da ONU para Alimentação, os organismos afirmam que "quanto mais tempo as crianças marginalizadas ficarem fora da escola, menor é a probabilidade de que retornem. Crianças de lares mais pobres já têm cinco vezes mais probabilidade de não estar na escola primária, em comparação com lares mais ricos. Ficar fora da escola também aumenta o risco de gravidez na adolescência, exploração sexual, casamento infantil, violência e outras ameaças."

O debate de quando reabrir

Mas qual é a hora certa de reabrir? "O momento de reabertura de escolas deve ser guiado pelo melhor interesse das crianças e por preocupações gerais de saúde pública, com base na avaliação dos riscos e benefícios e das evidências (locais)", diz o documento da ONU.

Não é uma avaliação simples. Na França, por exemplo, onde a reabertura começou em 11 de maio, algumas escolas tiveram de fechar temporariamente na semana seguinte, depois que surgiram 70 novos casos de covid-19 no ambiente escolar (embora a percepção fosse de que, diante do tempo de incubação do coronavírus, o contágio dessas pessoas provavelmente ocorreu antes da volta às aulas).

No Reino Unido, a reabertura das escolas encontrou resistência entre cientistas e gestores escolares, muitos dos quais consideraram 1º de junho cedo demais em um país com um dos mais altos números de mortes por covid-19 no mundo. Algumas escolas se mantiveram fechadas a despeito da autorização do governo e, na Escócia, a volta às aulas é prevista apenas para agosto, e mesmo assim em modelo híbrido — parte dos estudos em casa, e outra parte no ambiente escolar.

Em meados de junho, alunos mais velhos já começaram a voltar à escola, mas quase todos eles só estão tendo aulas presenciais por no máximo dois dias por semana.

Mesmo 15 dias depois do início da retomada, ainda há dúvidas quando algumas escolas devem ser reabertas, abrindo uma disputa entre parlamentares e sindicatos de professores.

O parlamentar trabalhista Jonathan Gullis acusou o Sindicato Nacional de Educação britânico de "promover uma campanha política (...) para garantir que as escolas não reabram". Uma representante do sindicato afirmou que, com a atual proporção alta de alunos por professores, é muito difícil reabrir as escolas e garantir medidas de segurança e distanciamento social.

Na Coreia do Sul, à semelhança da França, algumas escolas fecharam poucos dias após reabrirem, diante de novos picos de casos de covid-19 no país. Mais de cem escolas sul-coreanas também adiaram sua reabertura.

Mas, mesmo com adiamentos, a reabertura tem ocorrido ali: a última leva de estudantes estava prevista para voltar às escolas no dia 8. O que tem sido feito para mitigar os riscos é escalonar não apenas as séries com aulas, mas também horários de aula, de almoço e recreio. O tempo de aula presencial é menor do que o pré-pandemia, e parte do conteúdo segue sendo ensinado no ambiente virtual.

No início, classes do ensino fundamental poderão funcionar com um terço dos alunos; as do ensino médio, com dois terços.

O governo sul-coreano também tem inspecionado escolas e, apenas entre as preparatórias para o vestibular, foram encontradas 10 mil com problemas de adequação às novas normas sanitárias.

E a reabertura tem despertado dúvidas, segundo o jornal Korea Times. Como apenas os alunos do último ano do ensino médio estão autorizados a frequentar as escolas todos os dias, alguns pais dos alunos das demais séries têm se questionado se é produtivo mandar seus filhos à escola apenas um ou dois dias por semana, e se isso vale a pena o risco de as crianças contraírem a covid-19.

Em Cingapura, o escalonamento e a supervisão também são rígidos. Os primeiros a regressar à escola foram os dos anos finais do ensino médio, que se preparam para exames de ingresso nas universidades. E lá também ainda estão sendo mescladas atividades presenciais com as virtuais.

Alunos mais velhos são responsáveis por higienizar as próprias carteiras escolares. Aulas de educação física são feitas em ginásios grandes, com alunos fazendo atividades físicas individuais orientadas por um professor em um microfone.

Em todos os países, a preocupação maior, é claro, é com as normas de higiene para reduzir a chance de contágio.

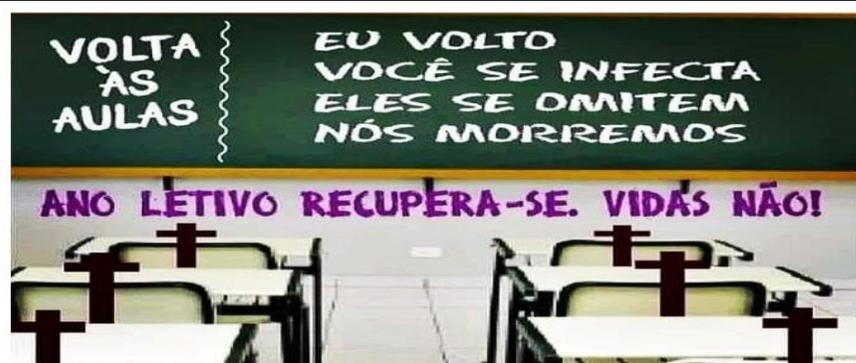
Os CDCs, centros de controle de doenças dos EUA, produziram um guia com orientações específicas de higiene: desde a diluição ideal para desinfetantes até orientações para deixar as salas mais ventiladas e com o máximo possível de exposição ao sol, o que ajuda a matar o coronavírus. Outra orientação importante é de que escolas e demais locais não estoquem materiais de limpeza em excesso, para evitar a escassez em varejistas.

O documento da ONU de reabertura de escolas pede que países e regiões emitam protocolos de higiene que sejam claros e de fácil entendimento, que educadores de grupos de risco sejam preservados do ambiente presencial, que exames escolares não essenciais sejam adiados, que pagamentos de salários sejam preservados e que a higiene pessoal ganhe novo protagonismo neste período de pandemia.

Em artigo na revista científica Lancet, membros da Unesco falam da promoção da "alfabetização higiênica": "professores devem agir como promotores da saúde para seus alunos desde cedo, estimulando ativamente hábitos de atividades físicas, boa higiene pessoal e dieta balanceada, e advertindo para as consequências de comportamentos de risco", diz o texto.

"Pode-se usar para isso uma grande variedade de atividades participativas, como debates, trabalhos em grupo, atividades baseadas em situações da vida real, contação de histórias, simulações, jogos educativos, artes, música, teatro e dança."

**Fonte: BBC NEWS BRASIL / Publicado em 18 de junho de 2020**  
 (<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52944468>)



### ENSINO A DISTÂNCIA NA QUARENTENA ESBARRA NA REALIDADE DE ALUNOS E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA

Desde que a quarentena teve início no Estado de São Paulo, um cenário de incertezas pairou sobre pais, alunos e professores.

Com as aulas suspensas por tempo indeterminado, afinal, como ficaria o ano letivo? Inicialmente, a saída cogitada foi a antecipação das férias escolares. No entanto, após um mês, uma nova realidade se desenhava: a do ensino à distância.

Correndo contra o tempo, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) conseguiu colocar no ar uma plataforma gigantesca, que permite conectar alunos e professores.

A iniciativa, porém, esbarra em uma dura realidade: dificuldades dos alunos, seja pela falta de internet ou estrutura familiar, e a falta de preparo dos professores para lidar com a plataforma e todas as mudanças na forma de ensinar.

"Para os professores, que estão na ponta do processo, está claro que esse modelo não funciona. Ele não é inclusivo e aumenta ainda mais as desigualdades", diz Maria Izabel Noronha, presidente da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Educação Oficial do Estado de São Paulo) e deputada estadual pelo PT, partido de oposição ao governador João Doria (PSDB).

Para ela, não se trata apenas de um posicionamento corporativista, que defende o ensino em sala de aula, mas da falta de um melhor planejamento para o uso das ferramentas.



GETTY IMAGES

*Para os estudantes, dificuldades vão de acesso precário à internet a problemas familiares*

#### Demanda sufocante

Segundo a professora, todos os dias, quase 24 horas por dia, os professores da rede são bombardeados com mensagens que chegam pelas vias digitais - seja o WhatsApp, seja pelos chats da Central de Mídias.

"Os professores se queixam que não conseguem dar conta da demanda e isso é angustiante para eles", diz Noronha, compartilhando com a reportagem mensagens da rede WhatsApp recebidas de alunos, pais e professores se queixando de dificuldades para acessar o novo sistema.

"A cada dia, recebemos mais e mais relatos de professores que estão extremamente estressados e exaustos. A principal queixa deles é que não estão conseguindo ministrar o ensino a distância por várias questões: acesso à tecnologia, falhas na programação, falta de recursos, seja internet ou celular para dar conta das atividades", explica Neuza Ribeiro, coordenadora a Subsele da Apeoesp em Araraquara.

Segundo Neuza, há uma grande pressão por parte da SEE e das diretorias de ensino para que o processo dê certo, sem levar em conta a realidade dos professores e alunos.

"Além da pressão do dia a dia para dar conta do processo, que é novo e trabalhoso, os professores ainda sofrem com ameaças de faltas e até processos administrativos caso não consigam trabalhar o conteúdo programado", diz. "Toda essa pressão é para tampar o sol com a peneira. Temos visto que isso não funciona nem mesmo na rede particular", completa.

#### 'Construção conjunta'

Para o secretário de Estado da Educação, Rossieli Soares da Silva, mesmo com os relatos sobre problemas de acesso à plataforma, o programa tem tido sucesso entre alunos e professores.

"Temos uma clareza que não será um acesso de 100%. Mas mesmo que o aluno não se conecte no aplicativo, temos dois canais abertos com os conteúdos disponíveis. Isso ajuda resolver bastante a questão da conectividade", diz. "Estamos adaptando o conteúdo, sabemos que esse processo é novo e é difícil."

Rossieli diz que há lives diárias com professores para dirimir as dúvidas e dificuldades. "Temos tido conversas muito transparentes. E estamos todos tentando correr atrás. É o momento de solidariedade".

Para o secretário, é normal que alguns professores se sintam desconfortáveis com essa nova modalidade num primeiro momento.

"É lógico que dá medo. Eles têm que sair da zona de conforto", avalia. Segundo ele, na primeira semana, foram 1,5 milhão de alunos conectados às aulas - um pouco menos da metade dos 3,5 milhões inscritos na rede estadual.

Com relação aos problemas de conectividade, o secretário ressalta que uma parceria com as operadoras de telefonia proporciona aos alunos e professores o uso de dados patrocinados pelo Estado. "Esse patrocínio de dados é feito via aplicativo", diz.



GETTY IMAGES

*Professores na rede estadual se queixam do excesso de cobranças - para eles, burocracia criada para o acompanhamento das aulas faz com que ultrapassem as jornadas diariamente*

### Dificuldades na forma e no conteúdo

Além das questões técnicas de acesso ao Centro de Mídia criado pela SEE, muitos professores se queixam da qualidade do conteúdo das aulas apresentadas aos alunos e apontam uma desconexão entre esse conteúdo e o currículo.

"Já vi, por exemplo, que teve a mesma aula para três séries diferentes. Parece até que estão gravando aulas com temas aleatórios, então usam a mesma aula para séries diferentes. Nem a grade curricular do Estado está sendo respeitada", diz a professora Mariana (nome fictício), 38 anos, de Araraquara.

Docente há 16 anos, ela discorda da forma como o processo vem acontecendo. Quando veio a notícia das aulas online, os professores ficaram preocupados com possibilidade de terem, eles mesmos, que gravar as aulas. Mas esse, no entanto não foi o caminho do projeto. O que trouxe alívio, mas também preocupação.

"Perdemos nossa autonomia em sala de aula. Não é nosso planejamento pedagógico que está sendo passado. E, pior, as aulas, genéricas, não levam em consideração as diferenças entre as cidades, as escolas", diz Mariana.

"O professor faz um diagnóstico para planejar as suas aulas. Essa forma não respeita o ritmo dos alunos, da turma. Acaba, também, sendo uma aula superficial para o aluno, o que não é suficiente para fazê-lo entender", avalia.

Para a professora Marisa Borges, coordenadora pedagógica em Sorocaba, o fato de tudo ser um processo novo pesa bastante, mas é preciso ter paciência. "Os professores estão tentando se adaptar a essa realidade. Nós estamos aprendendo a mexer com todas as ferramentas", explica.

Apesar das dificuldades, alguns professores têm se dado bem com o processo.

É o caso de Rodrigo Ferrari Baglini, 32 anos, docente há 10 anos na capital. Ele concorda com a professora Marisa sobre a necessidade de paciência. "Essa pandemia nos obrigou a apresentar para o mundo um novo modelo de ensino, que deveria ser implantado num processo progressivo. As crianças estão no mundo digital, mas não têm a cultura digital do aprendizado. E isso é um processo que precisa de tempo", diz.

### Cobranças excessivas para que o EaD emplaque

Os professores na rede estadual também vêm se queixando do excesso de cobranças na implantação do EaD. Para eles, a burocracia criada para o acompanhamento das aulas faz com que ultrapassem as jornadas diariamente.

"Temos sido obrigados a fazer um monte de relatórios para provar que o professor está, de fato trabalhando", diz a professora Mariana. "Eu fiquei sem recursos para fazer as aulas online, porque a fonte do meu computador queimou. Faz duas semanas que estou falando isso e que não tenho como fazer. E a resposta da coordenação é dizer que então vou ficar com falta."

O professor Samuel Augusto Alves Lima, 39 anos, docente da rede estadual há seis anos, também vem enfrentando problemas parecidos. "Temos dispendido de recursos próprios. De equipamentos, de internet. Mas isso às vezes não é suficiente. A equipe gestora pressiona para que façamos as atividades e há uma série de confusões sobre as orientações do planejamento", conta.

Segundo Samuel, apesar de a Secretaria anunciar o patrocínio de dados para o acesso ao aplicativo, essa não é a única ferramenta usada pelos professores que acabam, sim, dependendo do uso de dados próprios para acesso à internet.

Para o professor, outro entrave está relacionado a uma grande quantidade de informações desencontradas. "Cada escola tem dado as suas orientações sobre como isso deve acontecer. E há muitas idas e vindas, dificultando ainda mais a vida dos professores", diz.

### Ensino a distância x educação presencial

A realidade da implantação de EaD na rede estadual de ensino levanta a discussão sobre as possibilidades de substituição da educação presencial pelo ensino a distância no ensino fundamental.

Mas mesmo quem defende o processo remoto é taxativo em dizer que o modelo atual não funciona de forma definitiva.

Para o secretário de Educação, durante as conversas com professores da rede, muitos colocaram essa questão. "No início, o maior receio era que o EaD fosse substituir os professores. Mas não é disso que se trata. E não temos como fazer com que a EaD substituía a educação presencial na educação básica. O que estamos fazendo agora é um esforço de tentar conectar as pessoas com a educação", diz. Segundo ele, ao colocar em prática o EaD, a Secretaria tenta manter o vínculo educacional dos estudantes.

Para Fabio Fonseca, Diretor Acadêmico da Faculdade FAEL, uma das pioneiras no processo de EaD no país, o ensino a distância é uma ferramenta valiosa, mas é preciso tempo e organização para que os professores possam aprender a usar essa ferramenta.

"Viemos de um modelo presencial, numa mudança abrupta. Mas certamente é uma mudança sem volta. O processo online veio para ser uma ferramenta importante" ele conta. Para auxiliar nesse processo, a FAEL disponibilizou para os docentes um curso gratuito sobre ensino a distância.

**Autor: Dani Borges – BBC NEWS BRASIL - 11 maio 2020**  
(<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52568678>)



**#NÃO  
À CPMF**

**GOVERNO QUER TAXAR O  
POVÃO E DIMINUIR OS  
IMPOSTOS DOS PATRÕES. ISSO  
NÃO ESTÁ CORRETO!!!**

SinproRio, sinpro, Sinpro Macaé, Sinpro Niterói, SINPRO, SINPRONNF, SINPRO, SINPROLAGOS, Feteerj

### PROFESSORES RELATAM DE AULAS ONLINE COM 300 ALUNOS A DEMISSÕES POR POP-UP



"A palavra que melhor define meu momento é desespero", conta Horácio\*, professor da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, do grupo Laureate, referindo-se à redução de 75% das suas horas de trabalho no atual semestre letivo.

Com mais de oito anos de Anhembi, o professor desabafou em julho num email enviado ao Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro). "A redução de 24 para 6 horas-aula torna o meu sustento inviável, visto que minha única fonte de renda é a Anhembi. É cruel..."

Enzo\*, professor de outra universidade do grupo Laureate, a FMU, passou de 21 horas semanais no último semestre para apenas 3 horas. Ele diz que a maioria dos professores está nessa situação. "Nós estamos recebendo em média R\$ 500 por mês."

A redução das horas de trabalho é um dos aspectos de um movimento do ensino superior privado que Celso Napolitano, representante do Sinpro, chamou de "imoral, mas legal". Napolitano argumenta que cortes de hora-aula e demissões estão ocorrendo em outras universidades privadas país afora.

Na Universidade Nove de Julho (Uninove), cerca de 500 docentes foram demitidos no primeiro semestre do ano.

Em uma reunião online presenciada pela reportagem, professores contaram sobre a indigesta surpresa que foi saber da demissão por uma mensagem de pop-up na tela do computador ao acessar o sistema. "É emocionalmente pesado, depois de tantos anos trabalhando lá", contou um deles, sob anonimato.



Desde abril, o Sinpro contabilizou mais de 1.600 demissões de professores em universidades de São Paulo — todas em meio à pandemia de coronavírus.

Negociando com as universidades a situação trabalhista dos docentes, o diretor do Sinpro confessa estar angustiado com "a precarização do ensino superior privado" — sobretudo com o aumento do uso de educação a distância (EAD). Para Napolitano, a pandemia é uma desculpa para reestruturação e maximização de lucros.

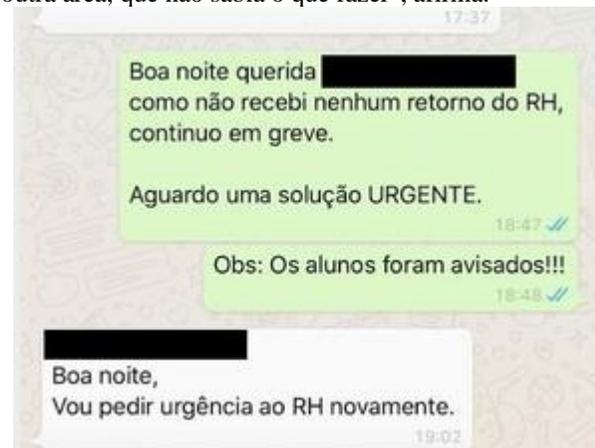
Como justificativa, as universidades citam a redução de alunos matriculados, o aumento da evasão escolar e a inadimplência durante a pandemia. Para o docente Horácio, não está provado que "houve redução do número de matrículas que justificasse a redução na carga horária dos professores" da Anhembi, por exemplo.

"Se a instituição não comprovar a redução do número de alunos matriculados, ela tem que manter o salário do professor", diz Napolitano, que avalia que as situações serão tratadas individualmente.

Evaristo\*, outro professor da FMU, desde 2012 na instituição, tem mais de quatro anos de remuneração não recebidas por horas extras em atividades de dependência (Dep) e adaptação (Adap). Não bastasse a situação, recebeu em julho e agosto R\$ 48 de salário — quando deveria ter recebido perto de R\$ 800. Ele conta que fez greve por 12 dias até a situação ser encaminhada para uma resolução da universidade.

TOTAIS				738,35	689,73
Banco	Agência	Conta Corrente	Data de Crédito	<b>LÍQUIDO:</b>	
			31/08/2020	48,62	
<b>Bases</b>					
Base INSS Salário		447,29			
Base Líquida IRRF Sál		224,16			
Base de FGTS		447,29			
Valor Dep FGTS		35,78			
Saldo Aprox. FGTS		0,00			

O docente acredita que será demitido como retaliação ao final do semestre por ter protestado com coordenadores em grupos de WhatsApp e avisado alunos da disciplina. "Os alunos ficaram três semanas sem minhas aulas e eles colocaram um professor de outra área, que não sabia o que fazer", afirma.



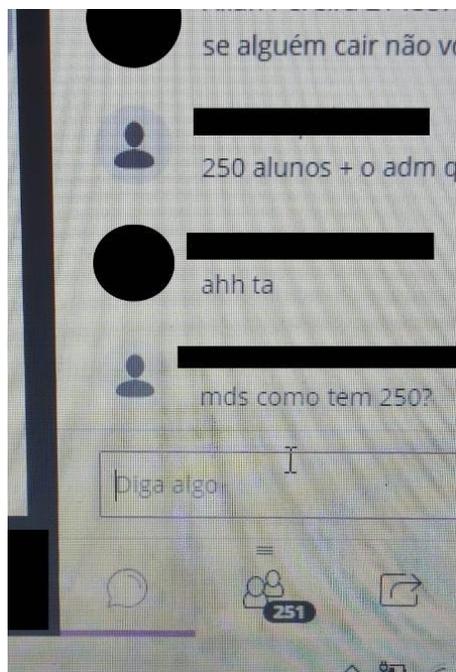
A Pública já denunciou, no caso da Laureate, que, sem que alunos soubessem, houve uso de robôs no lugar de professores para correções de atividades EAD, fraudes em atas para reconhecimento de cursos e demissões em massa para contratação de profissionais por salários menores — chamados de tutores.

#### Superlotação on-line

Segundo os professores consultados pela reportagem, ao reduzirem a carga horária dos docentes, as universidades diminuíram também a quantidade de disciplinas oferecidas, o que aumentou significativamente o número de estudantes em cada matéria. "Ensalam' as turmas", diz Napolitano.

O professor Horácio explica o que é "ensalar" turmas: "Colocaram alunos de semestres diferentes em uma mesma turma. Por exemplo, um aluno ingressante do primeiro semestre foi alocado em uma disciplina de segundo semestre junto aos alunos do próprio segundo semestre; também colocaram alunos de diferentes cursos em uma mesma turma ou colocaram alunos de campus diferentes em uma mesma turma", diz.

Lorena\*, de 21 anos, que estuda engenharia ambiental e sanitária na Anhembi Morumbi, diz que o número varia de acordo com a aula. "Não sei quantas pessoas tem na chamada, mas assistindo aula tem 250 de segunda-feira, que é a aula mais lotada. Outros alunos da minha sala não conseguem entrar quando dá o limite da sala de 250 pessoas. Aparece um aviso de que a sala está lotada. Nas demais aulas tem mais de cem", afirma.



Joana\*, que está no segundo semestre de recursos humanos, também vive situação similar. "Este semestre está perdido", avalia. Dividindo as aulas de gestão de pessoas, liderança e diagnóstico organizacional com a turma de administração do sexto semestre, ela afirma que entra no sistema on-line com uma hora de antecedência.

"O sistema fica pesado e cai se você entra muito em cima", conta. "Na última aula, minha professora ficou uns 40 minutos só chamando as turmas para poder ponderar as dúvidas de cinco turmas, umas 250 pessoas."

A estudante Maria Laura, que faz psicologia na Anhembi no campus Mooca, diz que suas aulas são compartilhadas com o campus da Vila Olímpia e que chegaram a estar juntas as turmas de São José, Piracicaba, Vila Olímpia e Mooca. "Mais de 230 alunos", diz.

Enzo, professor da FMU, afirma: "É muito mais barato para a faculdade pagar um professor por três horas, meu caso, para falar com 200 alunos online do que pagar mais professores para ficar cada um com várias turmas de 50 alunos".

Numa troca de mensagens entre professores da FMU, eles comentam a situação: "À noite juntaram na minha aula 310 alunos. Com 170 presentes na última sexta. Vamos ver nesta sexta com os calouros". Em resposta, outro professor diz: "Poxa vida, e quem vai corrigir 310 provas e trabalhos?". "Vai ser tudo múltipla escolha. Acha que vou corrigir? Já vai dar trabalho para lançar...", resigna-se o docente.

Estudante de jornalismo da Anhembi Morumbi, Caio Andrade avalia que a experiência dessas aulas a distância é um misto de descontentamento e "fazer o melhor que dá". "O ensino em si, de compartilhar e construir um conhecimento juntos, entre professor e alunos, está totalmente defasado", avalia.

Maria Laura, a estudante de psicologia, concorda e diz que a postura da faculdade é "incoerente". "As aulas perderam a sua qualidade, que já estavam diferentes por serem on-line em vez de presencial, e vemos apenas como redução de custo da faculdade."

Toda essa situação se "reflete na aprendizagem do aluno", dizem os entrevistados. Para Caio, "em faculdades particulares os alunos são tratados como números pelas instituições, e, durante esse tempo de isolamento e início de aulas a distância, esse fato só foi escancarado".

O professor Enzo esclarece que está dando o seu "melhor na medida do possível". "Os alunos não têm culpa alguma. São vítimas", afirma.

Indagado sobre a legalidade de colocar centenas de alunos numa mesma sala on-line, Napolitano responde sem rodeios: "É um absurdo, mas os mantenedores, com quem negocio, me dizem assim: 'O MEC permite, o CNE [Conselho Nacional de Educação] permite'".

Com o avanço da pandemia, quase todas as universidades brasileiras colocaram em prática o ensino a distância em 100% das turmas.

Hoje, a ampliação de disciplinas EAD de 20% para 40% permitida pelo MEC em dezembro nas graduações presenciais é o trunfo de muitos grupos educacionais em meio à redução do Fies - o fundo de financiamento estudantil - em que o governo garante o pagamento das mensalidades e o aluno paga com juros subsidiados depois de se formar.

Com a portaria do MEC, um curso considerado presencial pode, em tese, ter de cinco dias de aula, dois remotos e três presenciais na semana. A situação, explica Napolitano, diminui custos e amplia lucros.

Procurado, o MEC não respondeu até a publicação. Já o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) diz que em relação às queixas sobre as aulas remotas durante a pandemia não cabe ao Semesp interferir nas decisões estratégicas das instituições. Afirma, no entanto, que "apesar de contratemplos", "a maioria dos estudantes" aprovou a experiência com as aulas on-line, segundo pesquisa realizada pela entidade.

Saúde mental: 300 pedidos em cinco horas

O professor Horácio, citado no início desta reportagem, não tem conseguido arcar com as despesas do dia a dia, tais como pagamento de contas e até mesmo compra de alimentos. "Realmente, estou extremamente angustiado, pois não sei como irei sobreviver." "Estou comendo menos e coisas mais baratas", diz. "Sabe aquela história de pedir uma pizza no final de semana? Faz muito tempo. Eu nem sei mais o que é pizza."

A situação toda impactou também a saúde mental de Horácio. Em meio ao entusiasmo de ser professor - "Eu adoro dar aula. Na hora que começa a aula, é uma delícia, é uma maravilha, parece que eu estou em outro mundo" -, ele relatou o choque emocional a que foi submetido. "Faço tratamento psiquiátrico faz algum tempo e meu quadro se agravou quando recebi a notícia dessa redução absurda na carga horária", diz. "A minha angústia e ansiedade aumentaram drasticamente. Comecei a ter até pensamentos suicidas, só pra você ter uma noção do grau que eu cheguei", desabafa.

Gabriel Teixeira, da Rede de Educadores do Ensino Superior em Luta, espaço de articulação e mobilização política dos educadores e educadoras das instituições de ensino superior (IES) privadas, avalia que profissionais como Horácio têm vivenciado situações de muito sofrimento e enormes desafios durante a pandemia da Covid-19.

"Enquanto as IES usam a pandemia da Covid-19 como oportunidade para experimentar novos formatos de contrato de trabalho, professores se veem sobrecarregados, com salários diminuídos e com a difícil tarefa de equilibrar tarefas domésticas, pessoais e de trabalho na modalidade home-office", critica.

Em agosto, Gabriel lançou uma Plataforma de Apoio Psicológico para Profissionais da Educação, iniciativa gratuita da Rede de Educadores. "Temos visto um número expressivo de professores com crises de ansiedade, sobrecarregados e com rendimentos diminuídos, embora trabalhando mais do que antes do isolamento social", diz.

A demanda por atendimento psicológico foi grande e as inscrições para o atendimento na plataforma se encerraram horas após o lançamento. "Foram 300 pedidos de atendimento em cinco horas", afirma Gabriel.

Outro lado

Procurada, a Anhembi Morumbi informou em nota (leia íntegra) que fez demissões pontuais de professores no último mês, "apenas e tão somente daqueles que demonstraram interesse em não permanecer conosco, não aceitando a carga horária ofertada para o segundo semestre conforme previsto em Convenção Coletiva de Trabalho, e acompanhada pelo Sinpro SP, não sendo a intenção da Instituição demitir outros docentes", e que tem colhido "excelentes feedbacks dos estudantes e professores a respeito das aulas síncronas".

Já a FMU diz (leia a íntegra) que com a "continuidade da pandemia e consequente redução na renda de uma parcela significativa da população, uma boa parte dos nossos alunos não deu sequência aos estudos. Com menos alunos houve redução no número de aulas e, como consequência, sobraram menos aulas por docente. Dessa forma, foi necessário realizar ajustes na carga horária dos docentes".

Além disso, afirmou que "diálogo, transparência e atenção não faltam na Instituição não só com os docentes, mas também com seus alunos e demais colaboradores".

**Autor: UOL • 25 de setembro de 2020**

<https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/3827/educacao-superior>

## **CHARLIE HEBDO SOBRE VOLTA ÀS AULAS: "ELES VÃO TERMINAR O ANO?"**

De acordo com estudo da Universidade de Harvard, crianças infectadas pelo novo Coronavírus ficam com uma carga viral muito mais alta do que se pensava



**Autor: CHARLIE HEBDO • 31 de agosto de 2020**

<https://revistaforum.com.br/coronavirus/charlie-hebdo-sobre-volta-as-aulas-eles-va-terminar-o-ano/>

## O MURAL DA VERGONHA

### Declarações de ministro da Educação sobre gays e papel do MEC contrariam lei, dizem especialistas

Milton Ribeiro afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo que homossexualidade se deve a famílias desajustadas

**SÃO PAULO e BRASÍLIA** Declarações do ministro da Educação, [Milton Ribeiro](#), sobre orientação sexual, o papel de seu ministério e a carreira de professor em [entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo](#) foram criticadas por especialistas, para os quais o ministro mostra desconhecimento de suas atribuições e uma "visão equivocada e preconceituosa", que [contraria a lei](#).

Na entrevista, publicada nesta quinta (24), Ribeiro, que é pastor presbiteriano, diz que a homossexualidade não é normal e a atribui a "famílias desajustadas".

Ele declara ainda que "hoje ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa" e exime o MEC (Ministério da Educação) de colaborar com o redes de ensino no enfrentamento dos reflexos da pandemia de coronavírus.

"Não se trata de uma questão de valores familiares, mas de um direito à educação de qualidade, ao conhecimento científico, previsto na legislação educacional, reafirmado por decisões recentes do Supremo Tribunal Federal que destacam o dever do Estado de abordar gênero e sexualidade nas escolas", afirma a educadora Denise Carreira, da Ação Educativa.

As declarações sobre homossexualidade vieram em resposta a uma pergunta sobre evitar o bullying. "O adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo (sic) tem um contexto familiar muito próximo. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato, com um homem de fato, e caminhar por aí", diz o ministro.

A relação entre contexto familiar orientação sexual não se ampara em nenhuma linha de pesquisa. Também são incorretos os termos "opção sexual", já que a orientação sexual não pode ser escolhida, e "homossexualismo" —o sufixo "ismo" refere-se a doença, e a Organização Mundial da Saúde [retirou há 30 anos a palavra da Classificação de Doenças](#).

O GaDvs (Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual) afirmou à **Folha** que entrará com queixa criminal por racismo homotransfóbico e ação civil por dano moral coletivo. "Não se pode usar a estrutura do Estado para ofender pessoas, disseminar mentiras e ignorar a obrigação constitucional de combater todas as formas de discriminação", diz Paulo Iotti, diretor-presidente.

A homofobia é um problema expressivo na escola. Pesquisa de 2016 mostrou que [73% dos jovens de 13 a 21 anos identificados como LGBT](#) foram agredidos verbalmente na escola em 2015 por causa de sua orientação sexual. É o maior índice entre seis países da América Latina onde a pesquisa foi feita.

Ribeiro declara também que quer revisar os conteúdos ensinados nas escolas para que não haja "incentivo a discussões de gênero". Desde a campanha de 2018, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) tem ecoado a agenda de grupos conversadores e religiosos que busca vetar essas discussões na escola.

Agora, o debate volta à tona com a gravidez de uma menina de 10 anos em decorrência de estupro no Espírito Santo e a ação da ministra Damara Alves (Mulheres, Família e Direitos Humanos), revelada pela **Folha**, para [tentar evitar o aborto legal](#) na criança.

Carreira diz que o caso capixaba exemplifica a "urgência da sociedade brasileira dizer não à ignorância e à desinformação promovida por grupos ultraconservadores", e lembra que a educação para igualdade de gênero é prevista tanto na lei quanto em documentos curriculares.

O perfil religioso [foi preponderante para a nomeação](#) de Ribeiro, que assumiu o cargo em julho e [escolheu como assessora uma religiosa defensora da adoção de princípios bíblicos no ensino](#).

## O MURAL DA VERGONHA

Gestores educacionais têm apontado omissão do MEC na coordenação de ações durante e após a pandemia. A pasta não criou uma linha de financiamento específica, e os recursos que o ministro cita na entrevista como enviados às escolas já eram previstos, sem relação com a Covid —o MEC defendeu, em nota, que recursos vieram de remanejamentos internos.

"Há um diálogo institucional com o ministério, e essa ação conjunta é extremamente importante", afirma Luiz Miguel, presidente da Undime, entidade dos secretários municipais de educação, para quem as declarações ignoram "o regime de colaboração federativo previsto pela Constituição".

Na entrevista, o ministro diz que sua pasta não pode interferir na condução das políticas educacionais. "É estado e município que têm de cuidar disso aí. Nós não temos recurso para atender", afirma.

Segundo o especialista em políticas educacionais pelo IFRS Gregório Grisa, Ribeiro contraria a Constituição, que prevê como responsabilidade da União a "função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira" aos estados e municípios.

"O ministro está equivocando sobre as responsabilidades do ministério. Ele fez quase um anúncio de improbidade administrativa ao se eximir de seu papel", diz.

Ribeiro afirma também que vai revisar materiais didáticos para contemplar outra abordagem sobre a ditadura militar (1964-1985), emulando o discurso de Bolsonaro, que elogia torturadores: "O fato do movimento militar, na época, ter impedido que o Brasil se tornasse uma Cuba eu acho perfeito".

Por fim, ele defende maior o foco do MEC nos professores. "Hoje ser professor é ter quase que uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa. Está na hora de parar de ter como protagonista somente o aluno, a infraestrutura, a comida, o assistencialismo."

A **Folha** questionou o MEC sobre planos para os docentes e mudanças curriculares, mas não obteve resposta. Também indagou o ministério sobre as fontes das declarações do ministro sobre homossexualidade, igualmente sem resposta.

Em nota, encaminhada na noite de quinta-feira à reportagem, o MEC afirma que reconhece que a valorização dos profissionais da educação básica é fundamental para a melhoria da qualidade da educação. "Isso requer ações específicas que devem focar na formação inicial e continuada dos professores", diz a nota, sem detalhar os planos para o tema.

**Autor: Paulo Saldaña e Isabela Palhares – FOLHA DE SÃO PAULO**

**Disponível em:**

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml>

### TV ALEMÃ RIDICULARIZA REAÇÃO DE BOLSONARO NA PANDEMIA



Programa humorístico diz que alemães que minimizam coronavírus como uma "simples gripe" têm "diploma de virologia da Universidade Bolsonaro de ensino a distância".

A última edição do programa de sátira política "Extra 3", da emissora alemã NDR, mencionou o presidente Jair Bolsonaro em uma piada sobre os alemães que tentam minimizar a pandemia de covid-19.

"É espantosa a quantidade de virologistas e epidemiologistas que temos na Alemanha neste momento, uma loucura", disse o apresentador Christian Ehring, enquanto criticava de forma ácida os alemães que insistem em classificar a covid-19 como "só uma gripe".

Em seguida, ele sugeriu que essas pessoas parecem ter diplomas de virologia da "Universidade Bolsonaro de ensino à distância, em Brasília", onde as "disciplinas principais" são "Facebook e Twitter".

Nas últimas semanas, Bolsonaro ganhou destaque internacional por minimizar a pandemia. Ele chegou a afirmar que ela seria apenas uma "gripezinha" ou "resfriadinho" e criticou a adoção de medidas amplas de isolamento social para frear seu avanço.

O programa "Extra 3" é transmitido semanalmente desde 1976.

Em 2016, os apresentadores do programa irritaram o governo turco ao transmitirem uma paródia de uma canção da estrela pop Nena que ridicularizava o presidente Recep Tayyip Erdogan. Na ocasião, o governo turco convocou o embaixador alemão no país para exigir que o vídeo fosse tirado do ar. O Ministério alemão do Exterior se recusou a tomar qualquer providência.

Esta não foi a primeira vez que o programa ridicularizou Bolsonaro. Em agosto de 2019, no auge da crise das queimadas na Amazônia, o programa chamou o presidente de "o boçal de Ipanema".

JPS/ots

**Autor: DEUTCHE WELLE**

<https://www.dw.com/pt-br/tv-alem/C3%A3-ridiculariza-rea/C3%A7%C3%A3o-de-bolsonaro-na-pandemia/a-53069220>

## RELATÓRIO APONTA SÉRIO RISCO À LIBERDADE ACADÊMICA NO BRASIL

Estudo divulgado por instituto de Berlim destaca ofensivas em várias frentes contra professores, pesquisadores e instituições brasileiras. Sinais claros de corrosão da autonomia acadêmica já vêm desde as eleições.



Desde a eleição de Bolsonaro, 48 brasileiros pediram ajuda de organização que ajuda acadêmicos ameaçados

A liberdade acadêmica de pesquisar e ensinar, em um ambiente com autonomia didática e científica nas universidades públicas, é garantida pela Constituição, mas está sob ameaça no Brasil.

A conclusão é de um relatório elaborado por um grupo de pesquisadores brasileiros e publicado neste mês pelo instituto GPPi (Global Public Policy Institute), baseado em Berlim.

Os episódios que colocam a liberdade acadêmica em xeque variam de tipo e intensidade: ataques e ameaças de violência contra pesquisadores relacionados ao tema que estudam; abertura de processos disciplinares contra professores que incomodam o comando de suas universidades; ameaças e cortes orçamentários a projetos não alinhados; e discursos do presidente da República e ministros que deslegitimam a atividade acadêmica e instam apoiadores a denunciar professores.

Segundo o relatório, a corrosão da liberdade acadêmica começou a acelerar na última campanha eleitoral, palco para o então candidato Jair Bolsonaro disseminar uma retórica agressiva contra as universidades, que segundo o hoje presidente seriam focos de "doutrinação esquerdista".

Em setembro de 2018, no auge da campanha, Débora Diniz, antropóloga e professora de direito da Universidade de Brasília, se viu obrigada a deixar o país após meses sofrendo ataques por sua pesquisa e defesa da descriminalização do aborto. Nos meses seguintes à eleição, diversas instituições de ensino superior seguiram recebendo ameaças anônimas de ataques, acompanhadas de mensagens de ódio a mulheres, negros ou homossexuais.

Ao lado das falas depreciativas do presidente, se somam declarações de seus assessores. Em novembro de 2019, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse, sem apresentar provas, que havia plantações de maconha e produção de metanfetamina em universidades, e que elas eram "madrças [escola muçulmana] de doutrinação".

A retórica de Bolsonaro se baseia numa ideologia que prega o combate ao "marxismo cultural". Segundo essa linha de pensamento, após o fim da Guerra Fria, o comunismo passou a se manifestar por meio de movimentos por direito de minorias, contra o racismo e em defesa das mulheres, por exemplo. Esse conjunto de ideias tem até hoje aderência nas Forças Armadas brasileiras.

O GPPi também desenvolve, em conjunto com outras organizações, um índice de liberdade acadêmica, chamado Academic Freedom Index. A edição de 2020, divulgada em março, já havia mostrado que Brasil e Índia eram os países que apresentaram o maior declínio nessa área nos últimos cinco anos.

### Refúgio para acadêmicos brasileiros

O declínio da liberdade acadêmica no Brasil chamou a atenção da Scholars At Risk, organização sediada em Nova York. Ela oferece a professores e pesquisadores ameaçados a oportunidade de trabalhar em outro país por um período, por meio de parcerias com diversas instituições de ensino superior.

Desde que foi criada, em 1999, a entidade recebeu 52 pedidos de apoio de professores brasileiros. Desses, 48 foram recebidos após o início da última campanha presidencial. Foram 32 pedidos de setembro de 2018 a agosto de 2019, e outros 16 de setembro de 2019 a agosto de 2020.

A organização também mantém um banco de dados global de casos de ameaças à liberdade acadêmica. Em setembro de 2018, incluiu seu primeiro exemplo do Brasil, o da professora Débora Diniz. Hoje já são seis casos.

"Durante e após as eleições brasileiras de 2018, começamos a receber informes de violência e ameaças por motivos políticos contra acadêmicos no Brasil, que pareciam ter o objetivo de intimidar comunidades acadêmicas. Ao mesmo tempo, começamos a receber pedidos de ajuda de professores brasileiros que mencionavam o medo de serem mortos, presos ou acabarem desaparecidos", afirma Clare Robinson, diretora de advocacia da Scholars at Risk.

Ela diz que a organização está bastante preocupada com o cenário brasileiro, pois acadêmicos do país continuam a relatar "medo de ataques, incluindo assédio e intimidação, ameaças de prisão e violência, às suas vidas e às suas carreiras".

A escalada nas ameaças também levou o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) a criar, em março de 2018, uma comissão para acompanhar casos de criminalização e perseguição política a professores. O órgão oferece assessoria jurídica e apoio político aos acadêmicos afetados.

Um exemplo de caso acompanhado pelo Andes é o de um professor de uma universidade federal de Minas Gerais que se tornou alvo de um processo disciplinar por ter aplicado uma prova durante o período de greve e feito uma viagem para fora do país sem autorização. O processo, segundo Eblin Farage, coordenadora da comissão e professora do curso de serviço social na Universidade Federal Fluminense, tramitou com rapidez incomum e resultou na punição máxima — a exoneração do professor.

"Ministrar provas no período de greve e viajar para fora sem autorização são infrações, mas esse tipo de infração não deveria redundar numa exoneração. A punição foi exagerada e teve motivação política, porque esse professor já tinha um histórico de embates políticos com a instituição, vinha da tradição marxista, tem reconhecimento público", diz Farage.

Ela afirma que as falas agressivas do presidente e ministros sobre o ambiente acadêmico têm estimulado alunos a fazerem denúncias com motivação política contra professores, e também servem de inspiração para alguns governadores replicarem a mesma postura nas instituições estaduais de ensino superior.

"Vivemos um momento bem difícil. Por receio de sofrerem perseguição política ou serem expostos em redes sociais, muitos professores passaram a incluir nos programas dos cursos um aviso de que alunos são proibidos de gravar as aulas sem autorização do docente. Há dois anos, ninguém fazia isso", diz.

O relatório do GPPi inclui uma pesquisa qualitativa feita em janeiro com 35 professores brasileiros das áreas de humanidades e ciências sociais. O levantamento aponta que 17% dos respondentes já haviam restringido o escopo de suas pesquisas por receio de retaliação, especialmente das agências de fomento ou órgãos da administração pública. E que 20% deles já tinham restringido o conteúdo de suas aulas por medo de retaliação dos estudantes.

#### A nomeação dos reitores

Outra dimensão da tentativa de o governo Bolsonaro reduzir a autonomia das universidades e a liberdade acadêmica se dá no modo de escolha dos reitores.

Cabe ao presidente nomear os reitores das universidades e institutos federais, a partir de uma lista tríplice elaborada por cada comunidade acadêmica. Desde o final dos anos 1990, tornou-se uma tradição o presidente escolher o primeiro dessa lista, para respeitar a vontade das universidades e institutos.

Essa tradição foi rompida por Bolsonaro. Dos 25 reitores indicados pelo presidente até o momento, 14 não eram os primeiros colocados de lista tríplice, segundo levantamento feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O caso mais recente ocorreu nesta quarta-feira (16), quando Bolsonaro nomeou o professor Carlos André Bulhões Mendes para o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — ele recebeu apenas três votos da comunidade acadêmica, contra 29 votos do segundo e 45 do primeiro colocado.

"Em que pese a legalidade dessas escolhas, uma pessoa que participou do processo e teve seu nome rejeitado não tem legitimidade perante a sua comunidade", afirmou Edward Brasil, presidente da Andifes, em coletiva de imprensa nesta sexta-feira (18/09).

O presidente também tem tentado alterar a forma de escolha dos reitores. Em dezembro de 2019, Bolsonaro editou uma medida provisória que reforçava seu direito de não escolher o primeiro nome da lista tríplice e que interferia no modo como as universidades preparam essa lista — o texto não foi votado pelo Congresso e perdeu a validade em julho de 2020.

Bolsonaro então editou uma nova medida provisória, que autorizava o ministro da Educação a nomear reitores temporários sem consulta à comunidade acadêmica durante a pandemia de coronavírus.

Houve forte reação de professores, pesquisadores e estudantes, e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) afirmou que devolveria a medida provisória ao presidente sem votá-la. Diante disso, Bolsonaro acabou revogando sua própria medida provisória, três dias após assiná-la.

**Autor: Bruno Lupion – DEUTSCHE WELLE BRASIL (20/09/2020)**

**Disponível em:**

**<https://www.dw.com/pt-br/relat%C3%B3rio-aponta-s%C3%A9rio-risco-%C3%A0-liberdade-acad%C3%AAmica-no-brasil/a-54993042>**



**EDUCAÇÃO QUE AVANÇA – NATIVIDADE SALTA 25 PONTOS NO IDEB, FEITO INÉDITO NO PAÍS.**

**Pinóquio:** Com novas versões, personagem inspira debates sobre o futuro da verdade. REDAÇÃO GLOBO

**Setembro florido, Outubro Rosa:** Top Fernanda Motta faz primeiro ensaio após câncer de mama, que encarou sem perder a fé. ela

**O GLOBO**

Revista Marinho (1976-1978) — (1974-2007) Roberto Marinho



**EDUCAÇÃO QUE AVANÇA NATIVIDADE SALTA 2,5 PONTOS NO IDEB, FEITO INÉDITO NO PAÍS**

A pequena cidade do Noroeste Fluminense começou em 2017 a trilhar o caminho que a levou aos 256 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 250 melhores, conta **BRUNO ALFANO**. Uma rotina de avaliações nas escolas que permite acompanhar a evolução de cada aluno foi a principal medida. E, de lá para cá, o investimento subiu apenas 5%. MARINA

Presentado: João César Teixeira que ensina Engenharia. Divulga a organização da escola.

- EDITORIAIS**  
BRASIL, A POTÊNCIA AGRÍCOLA ONDE A FOME ALIMENTA PÁGINA 2
- LAURO JARDIM**  
A delação de Pastor Everaldo PÁGINA 6
- MERVAL FERREIRA**  
Nos EUA, uma Suprema Corte mais à direita PÁGINA 2
- ELIO GASPARI**  
Libelus ajudam a refletir sobre nossa elite PÁGINA 10
- BERNARDO MELLO FRANCO**  
Os Bolsonaro odeiam bancos PÁGINA 3
- ANCELMO GOGS**  
O dueto de Fogner e Nelson Gonçalves PÁGINA 10
- MICHAEL R. POMFIO**  
É preciso reagir à perseguição A situação dos direitos humanos na China tem se deteriorado severamente, em especial para crentes religiosos. PÁGINA 13

**CAMPANHA LIMPA TSE prepara cerco às fake news e ao uso de robôs nas redes**

Tribunal faz acordo com plataformas, afirma Barroso

A campanha para prefeitos e vereadores começa hoje no país sob vigilância inédita. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luis Roberto Barroso, detalhou ao GLOBO o acordo com plataformas de redes sociais para retirarem de ar perfis suspeitos mesmo sem ordem judicial. "O controle envolve enfrentar milícias que replicam conteúdos de ódio e disseminação de mentiras". Ele também descartou risco de contágio pelo coronavírus nas urnas eletrônicas. MARINA

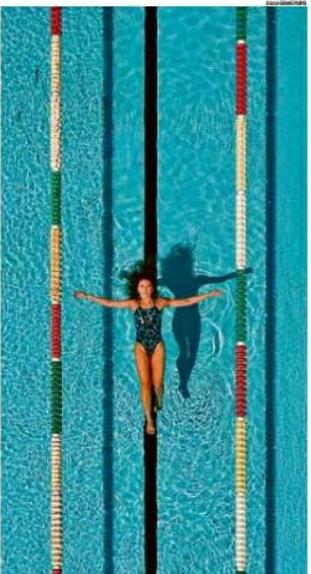
**ENTREVISTA/FELIPE NETO 'A oposição nem sequer aprendeu a se comunicar'**

Apontado pela revista Time como uma das cem pessoas mais influentes do mundo, o youtuber, que faz oposição a Bolsonaro, mostra-se pessimista em relação a 2022. MARINA

**Como Trump dominou o sistema de justiça dos EUA**

Em três anos e oito meses, o presidente americano tomou mais juizes que suas antecessores desde 1789, relata **PAULA DE OLIVEIRA COSTA**, indicou a substituição servada Amy Barrett para a Suprema Corte. MARINA

**O grito das atletas vem à tona**



Atletas como a nadadora Poliana Okamoto, bronze na maratona aquática na Olimpíada do Rio, mobilizam-se e organizam movimentos que podem mais visibilidade para as esportistas, equiparação salarial com os homens e melhores condições de trabalho desde a base até o alto rendimento. MARINA

**As 50 propostas para os candidatos à Prefeitura do Rio**

Esta eleição será uma das mais importantes para o Rio, que precisa superar problemas complexos com soluções integradas e criativas. A partir de estudos de um ano e meio do movimento Rio 2020, especialistas, emgressões, artistas e executivos debateram na Semana Rio 2020 — Image, Rio e formularam 50 propostas concretas que serão enviadas aos candidatos à prefeitura. MARINA

**Candidatos milionários na lista do auxílio emergencial**

Em menos de 24 horas, a prefeitura e o prefeito com patrimônio declarado superior a R\$ 1 milhão receberam um auxílio de R\$ 600. MARINA

**China Alibaba entra na briga pelo comércio eletrônico no país**

Maiores shopping virtual do planeta ampliou vozes para trazer produtos ao Brasil e reduziu valor mínimo de compra. MARINA

— Sabe, chefe, quem é muito vivo sempre morre! MARINA

**Sociedade**

**FRONTIÇA EM CHAMAS**  
Fogo do Pantanal brasileiro chega à Bolívia  
70 cerca 10 quilômetros registraram entre os dois países começam no Brasil, agite boatos em Barboodair

**SALTO NA EDUCAÇÃO**  
Com 15 mil habitantes, Natividade (RJ) é a cidade que mais evoluiu no Ideb em todo o país



Presente: Professora Ana Paula Lucena de Castro, 44 anos, conhece os pais de todos os seus 32 alunos de 1ª a 8ª ano



Aluno, João César Maranhão Teixeira, de 14 anos, gosta de Matemática e sonha em fazer faculdade de Engenharia Civil



O aluno Julio Cesar Teixeira, de 14 anos, na Escola Creche Municipal João Rodrigues França, em Natividade Foto: Hermes de Paula / Agencia O Glob / Agência O Globo

**Bruno Alfano**  
27/09/2020

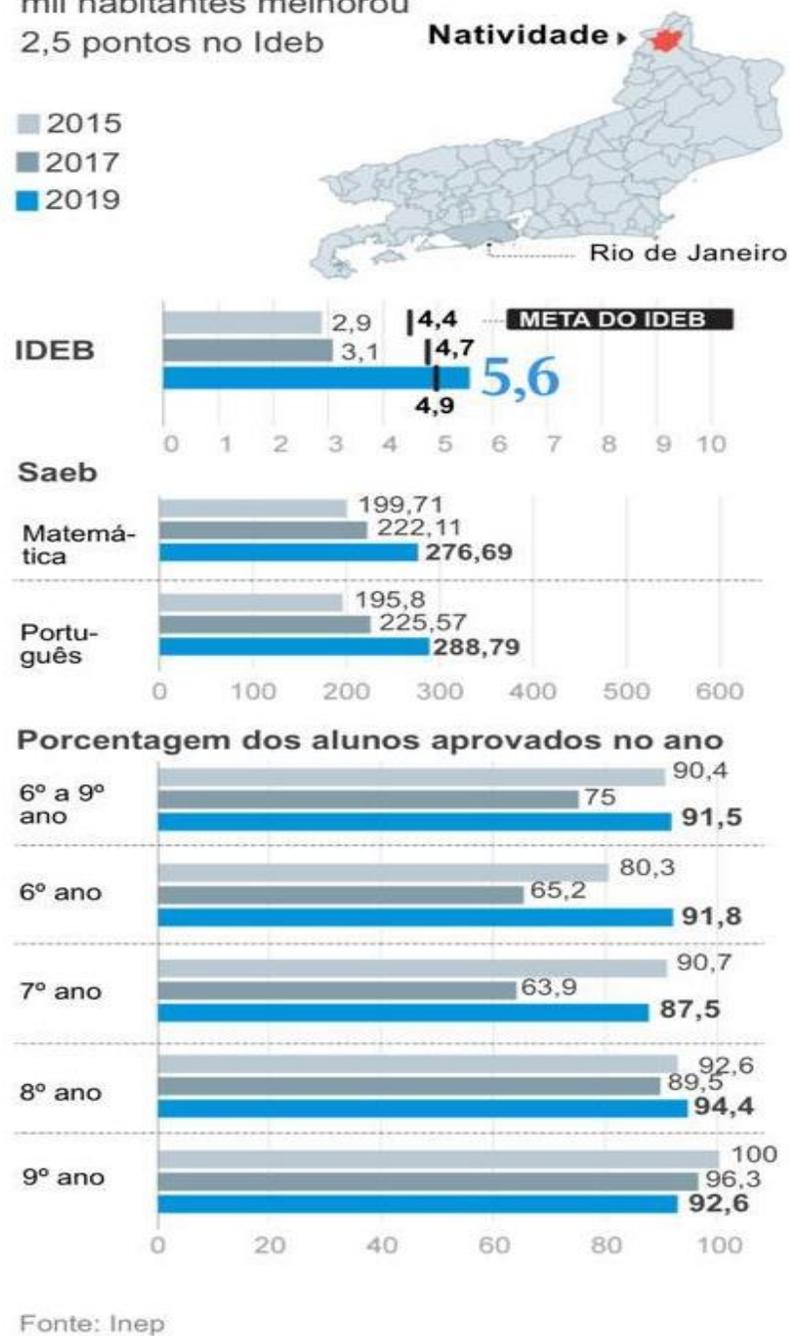
No país inteiro, segundo levantamento da ONG Todos Pela Educação, apenas oito municípios melhoraram mais do que dois pontos o Ideb nessa etapa escolar, que vai do 6º ao 9º ano. Além disso, 1.716 cidades apresentaram estagnação ou queda do Ideb.

— Nunca podia esperar um crescimento tão grande — diz Santos, que elevou a aprendizagem da rede em Português e Matemática do nível mais baixo no Ideb para o quarto patamar (numa escala de 1 a 8).

Com um total de 175 alunos no segmento, o município pulou de 3,1, em 2017, uma das 250 piores notas do país, para 5,6, o que a deixou entre as 250 melhores em 2019, ano do levantamento mais recente. Para isso, gastou apenas 5% a mais — o orçamento de R\$ 13,5 milhões foi para R\$ 14,3 milhões.

## Avanço na educação

Cidade de apenas 15 mil habitantes melhorou 2,5 pontos no Ideb



Autor: Bruno Alfano – JORNAL O GLOBO (27/09/2020)

**NEGOCIAÇÃO COM O SINPRONNF GARANTE PAGAMENTO EM DIA  
 DOS PROFESSORES DA UNIG**

# NOTA OFICIAL

SINDICADO DOS PROFESSORES DO NORTE E  
 NOROESTE FLUMINENSE (RJ)




(22) 98813-6303



(22) 98813-6302

sinpro.nnf@gmail.com

www.sinpronnf.com.br

O Sindicato dos Professores do Norte Noroeste Fluminense (SINPRONNF), na luta em prol da categoria dos professores vem celebrando desde a Ação Civil Pública de 2007 sucessivos acordos judiciais e extrajudiciais com a UNIG.

Diante do atual cenário político e econômico fica cada vez mais necessária a atuação enérgica dos sindicatos, bem como a participação ativa de seus filiados, no sentido da busca de garantia de direitos. No dia 1º de outubro de 2020, o SINPRONNF foi informado pela administração da UNIG que os salários do mês de setembro, de TODOS os docentes, foram quitados em 30/09/2020.

O SINPRONNF sempre defenderá a importância das instituições cumprirem com seus compromissos para com seus trabalhadores, defendendo sempre o cumprimento do acordado.

Como resultado dessa negociação, nos últimos três meses a UNIG vem cumprindo o negociado e quitou as folhas em atraso e, observando legislação, realizou os pagamentos dos salários de julho a setembro dentro do que rege a legislação (até o 5º dia útil).

O SINPRONNF está à disposição de toda e categoria e continuará incansavelmente cumprindo o seu papel fiscalizador e representativo de classe na busca dos interesses econômicos, profissionais e sociais de seus filiados associados e da categoria que representa.

*Filie-se ao SinproNNF – agora você se filia de modo on-line e pode pagar a mensalidade da forma via cartão; é rápido e seguro – clique aqui para se filiar. O Sindicato forte é uma necessidade para que a nossa categoria mantenha seus direitos, pois nada cai do céu. Filie-se!*

**Autor: SIMPRONNF**

**Fonte:** (<https://www.sinpronnf.com.br/negociacao-com-o-sinpronnf-garante-pagamento-em-dia-na-unig-itaperuna/?v=908f9fa6d01c>)

**MAFALDA - PARA ONDE VÃO OS NOSSOS SILÊNCIOS QUANDO DEIXAMOS  
 DE DIZER O QUE SENTIMOS?**


**NAZARÉ LAROCA - Sentimentos \_ Sentoj - IPERNITY (18/10/2018)**

**Fonte:** (<http://www.ipernity.com/blog/48913/4711092>)



**Autor: Mafalda volta para o bairro de San Telmo – Welcome Argentina**

**Fonte:** (<https://www.welcomeargentina.com/ciudadbuenosaires/homenagem-mafalda.html>)